



Editorial

Elias Wolff

Há uma questão que sempre intriga a Teologia: por que as pessoas que creem em Cristo não se reconhecem mutuamente como pertencentes à Igreja una que Cristo quer? Por que o Evangelho da comunhão não é vivido de forma a impedir que o pluralismo de tradições eclesiais se expresse por tensões, conflitos e discórdias que ameaçam a credibilidade do Evangelho? Enfim, qual o significado teológico do pluralismo eclesial na história do cristianismo?

São questões sobre as quais a teologia ecumênica se debruça na busca de respostas. Mas elas virão na medida em que cada Igreja se propor a respondê-las a partir de sua própria tradição de fé. Assim, é possível verificar no atual pluralismo eclesial os caminhos a serem percorridos para a compreensão da Igreja una de Cristo. O desafio está em possibilitar uma interação positiva de uma significativa diversidade de doutrinas, espiritualidades, liturgias, costumes, estruturas e projetos de missão que expressam diferentes compreensões da Igreja e do Evangelho. Não poucas vezes, tal diversidade leva a perder de vista o horizonte de comunhão que o Evangelho, a fé e o batismo comum possibilitam a quem crê em Cristo. E a Igreja una divide-se na história que cristaliza doutrinas e instituições nas diferentes comunidades dos batizados.

Esse fato é um mistério, como o da relação entre a graça e o pecado. No horizonte da graça, as igrejas acreditam comungarem do *mesmo* corpo de Cristo, ao qual estão integrados todos os batizados. Mas pelo pecado, essa realidade de comunhão não é sempre visível. Participam do corpo místico, mas desintegrado em sua realização histórica. Embora a unidade não esteja perdida porque é dom de Cristo à sua Igreja, em sua organização institucional, em sua Teologia, em sua espiritualidade e em sua ação missionária, a Igreja não a expressa no atual estado de divisão. Por esse fato, toda eclesiologia, por mais coerente que seja com sua tradição eclesial, possui uma lacuna de sentido que só será suprida se conseguir incluir experiências do Evangelho vividas para além da tradição eclesial concreta à qual ela se refere. Enquanto não relacionar teologicamente as diferentes tradições doutrinárias e institucionais, as eclesiologias propostas estarão sempre limitadas. E estaremos sempre distantes de uma compreensão da Igreja com plausibilidade de ser assumida por todos os cristãos.

Neste número da revista *Caminhos de Diálogo, O pluralismo eclesial: desafios e possibilidades para a comunhão*, tratamos do pluralismo eclesial no intuito de mostrar, de um lado, que ele é expressão de divisão na fé em Cristo e no seu Evangelho de Cristo. E como tal, o pluralismo expressa uma contradição que é preciso superar para que a Igreja una se realize plenamente. Por outro lado, queremos mostrar também que nem sempre o pluralismo é essa realidade negativa, manifestação apenas de divisão ou um problema a ser superado. Queremos explorar a compreensão do pluralismo eclesial também como modos diferenciados e legítimos de compreensão e vivência do Mistério que envolve a todo o mundo cristão, expressando uma superabundância da graça de Cristo que não se exaure em nenhuma das atuais tradições eclesiais. Dessa forma, o pluralismo eclesial aponta para possibilidades diferenciadas da compreensão e vivência do Evangelho. Abrir caminhos de diálogo entre essas diferenças, diminuindo as contradições, é o modo de ser da Igreja do diálogo e da comunhão. O diálogo ecumênico serve-se desse fato, como afirma a comissão católico-ortodoxa:

Longe de excluir a diversidade ou a pluralidade, a koinonia a pressupõe e cura as feridas da divisão, transcendendo-a na unidade. Como Cristo é um para os muitos, assim na Igreja, que é o seu corpo, o um e os muitos, o universal e o local, são, necessariamente, simultâneos [...]. Porque o Deus uno e único é comunhão de três pessoas, a Igreja una e única é comunhão de mais comunidades [...]. A Igreja una e única se identifica com a koinonia das igrejas. Unidade e multiplicidade aparecem ligadas a um ponto tal que a uma não poderia existir sem a outra. É essa a relação constitutiva da Igreja que as instituições tornam visíveis e, por assim dizer, historicizam. (COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-OTODOXA, 1984, n. 2).¹

Portanto, ao apresentar a comunhão na Igreja é preciso valorizar também as diferentes modalidades da comunhão, com base nas experiências convergentes da fé, observando que muitas vezes tais diferenças dizem respeito ao ‘modo’ e não ao ‘conteúdo’ da fé, e nesse sentido não implicam, necessariamente, em contradição ou divisão. E deve-se compreender que o dissenso em relação a algum dos elementos formais da comunhão não significa, necessariamente, ausência de comunhão. Se assim fosse, a comunhão tolheria o espaço da liberdade e da tolerância. Há uma distinção a ser feita entre comunhão na fé e comunhão eclesiástica. Vinculam-se intrinsecamente mas, formalmente não indicam a mesma coisa. A fé está no horizonte de transcendência em relação ao eclesiástico e o eclesiástico no horizonte da concretude da experiência transcendente da fé. Mas a fé é mais. Tal é o que entendemos no ensino do magistério católico ao afirmar a necessidade de distinguir entre o “depósito da fé” e o “modo” como as verdades da fé são formuladas.² Fundamental é observar se, diante de novas formulações de fé, não comuns às diferentes Igrejas, “as palavras não subentenderão um

¹ COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-OTODOXA. Il mistero della chiesa e dell'eucaristia alla luce del mistero della santa Trinità. In: CERETI, Giovanni (Dir.). **Enchiridion oecumenicum**: documenti del dialogo teologico interconfessionale. Bolonha: EDB, 1984. (v. 1).

² JOÃO XXIII. Discurso de Sua Santidade papa João XXIII na abertura solene do SS. concílio. **A Santa Sé**, 11 out. 1962. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

conteúdo idêntico” (UUS 38). Afinal, não se consegue apreender plenamente o mistério da Igreja, “cuja natureza admite sempre novas e mais profundas pesquisas”.³

Os artigos deste número da revista *Caminhos de Diálogo* são uma valiosa contribuição para aprofundar essa questão. Claus Schwambach reflete sobre *A palavra de Deus como sinal ecumênico da Igreja (nota ecclesiae) na ótica de Martim Lutero*; Elias Wolff e Eliseu Pereira tratam da *Igreja provisional e ecumenismo: possibilidades e desafios em Christian Duquoc*; Sandra Ferreira Ribeiro dos *Movimentos eclesiais e ecumenismo: a experiência do Movimento dos Focolares*; Kevin Willian Kossar Furtado apresenta *O ecumenismo e o diálogo inter-religioso na Revista Adventista na segunda década do século XXI*; Claudir Burmann analisa a relação entre *Pluralismo eclesial e ecumenismo: quem é Igreja verdadeira?*; Jefferson Zeferino, Claudia Gobetti, Eliane Cristina do Nascimento de Freitas Prado, Rudimar Luiz Mattana e Sirlene Matos propõem *Redescobrir o Evangelho: ressonâncias acerca do quarto imperativo ecumênico do documento Do conflito à comunhão*; Alex Villas Boas e José Estevão Moreira refletem sobre *A indizibilidade do Mistério: Uma leitura wittgensteiniana de uma alegoria hindu*. Apresentamos, ainda, a carta *Placuit Deo* da Congregação para a Doutrina da Fé.

Com a contribuição dessas(es) pesquisadoras(es) queremos fortalecer uma postura dialógica no contexto do pluralismo eclesial. Nesse contexto urge propor caminhos para uma diversidade reconciliada. São valiosos os passos já dados nessa direção pelo movimento ecumênico, o qual tem possibilitado às igrejas o reencontro da fraternidade pelo reconhecimento mútuo do batismo e pela afirmação dos valores do diálogo, do respeito mútuo e da convivência; a construção de projetos de cooperação na evangelização e na luta pela superação dos males que afligem a nossa sociedade; a convergência em elementos da doutrina cristã; o desenvolvimento de uma espiritualidade ecumênica em muitos espaços eclesiais – entre tantos outros resultados. Mas é ainda longo o caminho a ser percorrido para uma comunhão plural, que concretize a unidade na diversidade das tradições cristãs. Os obstáculos surgem a cada curva e por vezes parecem intransponíveis. Por isso o movimento ecumênico sente uma espécie de cansaço pelo atraso da comunhão tão desejada; posturas de lideranças eclesiásticas por vezes fragilizam a convicção alicerçada nessa longa caminhada; em muitos ambientes, o espírito de diálogo, respeito mútuo e cooperação cede lugar a atitudes fundamentalistas e exclusivistas. Enfim, atrasa-se sempre mais a recepção estrutural nas igrejas dos frutos obtidos pelos esforços das comissões de diálogo teológico.

Frente a esses desafios, há que se afirmar duas principais atitudes. A primeira é ter claro o que realmente motiva o empenho ecumênico, como a fé, a consciência eclesial, a atitude de diálogo, a consciência missionária, os gestos concretos que aproximam os cristãos e suas Igrejas. A segunda atitude é recuperar a memória da caminhada ecumênica e refletir sobre ela

³ PAULO VI. Discurso do papa Paulo VI na solene inauguração da 2ª sessão do Concílio Vaticano II. **A Santa Sé**, 29 set. 1963. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

para alargar os caminhos já percorridos. É então possível pensar numa ‘comunhão plural’, que se realiza através da interação entre as diferentes compreensões do Evangelho na organização da Igreja una e única. Para isso trabalhamos! ✨